

---

## **Interfaces entre Comunicação Comunitária e Relações Públicas Populares<sup>1</sup>**

Cicilia M. Krohling PERUZZO<sup>2</sup>  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

### **RESUMO**

Este texto trata da comunicação para a cidadania desenvolvida por setores organizados da sociedade civil que visam contribuir para mudanças em benefício dos segmentos sociais oprimidos. Trata-se de um estudo baseado em pesquisa bibliográfica que objetiva sistematizar os principais conceitos de comunicação comunitária e mostrar suas interfaces com as relações públicas quando inseridas no âmbito dos movimentos sociais populares e demais organizações do terceiro setor. Conclui-se que a comunicação popular e as relações públicas populares ao se inserirem na práxis social mobilizadora, mesmo que repletas de especificidades, têm interfaces indivisíveis ao colarem saberes especializados em favor do exercício da cidadania de atores coletivos cívicos voltados à transformação da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação comunitária. Comunidade. Cidadania. Relações Públicas Populares.

### **Introdução**

A Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa e as variantes como Comunicação e Educação, e Comunicação para a Mudança Social, uma vez direcionadas para ampliar a qualidade da cidadania, tem sido temas recorrentes em congressos do campo da Comunicação no Brasil e em outros países, principalmente, no âmbito de grupos de trabalho – espaços em que são apresentados resultados de pesquisas acadêmicas. No nível interno das universidades, no Brasil, estas temáticas, em geral, também fazem parte de conteúdos teóricos de disciplinas, bem como de projetos extensão e trabalhos de conclusão de cursos, tanto de graduação quanto de especialização e de mestrado e doutorado e, inclusive, fazendo parte de linhas de pesquisa de Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social.

Este texto se baseia em pesquisa bibliográfica, mas com ênfase em uma abordagem analítica ensaística, objetiva sistematizar os principais conceitos de comunicação comunitária e mostrar suas interfaces com as relações públicas populares, ou seja, quando inseridas no âmbito dos movimentos sociais populares e demais organizações do terceiro setor.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação Organizacional e Relações Públicas, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, modalidade virtual, desde Salvador, FCOM - Universidade Federal da Bahia, de 1 a 10 de dezembro de 2020.

<sup>2</sup> Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, Brasil. E-mail: kperuzzo@uol.com.br

Quando o assunto é comunicação popular e comunitária, além das formas de comunicação dialógica direta que fazem parte de sua performance, há o empoderamento de canais de comunicação nos diferentes sistemas tecnológicos. Especialmente rádios comunitárias e canais comunitários de televisão a cabo, que existem em diferentes formatos, tanto os legalmente instituídos com base em leis e os decretos quanto de outras formas de comunicação de caráter sem fins lucrativos, como as emissoras comunitárias não legalizadas (o sistema de autorização do governo federal é marcado pela lentidão na avaliação e atendimento, além de não atender toda a demanda), o alto-falante, podcast e a webradio. No segmento televisivo, além dos canais comunitários na TV a Cabo, precedido por raras experiências de TVs livres que “roubavam” espaços no sistema aberto, existem a TV de Rua, a WebTV, o vídeo documentário e os canais e perfis das mídias sociais digitais, a exemplo do YouTube, Facebook, Instagram etc., que difundem podcasts e vídeos produzidos por coletivos de comunicação alternativa. A tudo isso somam-se os boletins e jornais comunitários, panfletos, faixas, cartazes, passeatas, peças de teatro, poesias, além de dinâmicas de comunicação face a face interpessoal e grupal presencial ou mediada por tecnologias, que de acordo com cada conjuntura, fazem parte desse segmento comunicacional.

### **Comunicação comunitária e conceitos de comunidade**

No conjunto, o que caracteriza a comunicação comunitária é sua organicidade com alguma comunidade, ou seja, ela pertence a uma comunidade, é feita por ela e para ela, salvo algumas exceções em que pessoas ou grupos cívicos, mesmo sem a participação ampla das pessoas da comunidade, “representam” uma comunidade ou segmento social específico, porém, igualmente desenvolvendo um trabalho comunicativo de caráter comunitarista.

Contudo, o termo comunidade, apesar de ser bastante utilizado não é unívoco. É empregado com sentidos distintos e, às vezes, até de modo equivocado, quando referido à situações de relações sociais de baixa densidade, ou de uma proximidade apenas superficial e aparente. Por exemplo, quando se toma comunidade como sinônimo de bairro, um território não necessariamente intercomunicativo e cooperativo. Comunidade pressupõe a existência de vínculos sólidos entre seus membros, identidades e interesses em comum. Implica em compartilhamento de objetivos e na participação ativa das pessoas na vida da comunidade.

Mas, o que é afinal comunidade? Em síntese, ainda não existe um conceito que possa dar conta das distintas vivências de cunho comunitário, pois, diferentes visões podem ser justificadas em conformidade com o contexto. Contudo, como diz Bauman (2003, p.7), “a

---

palavra ‘comunidade’ [...] sugere uma coisa boa: o que quer que ‘comunidade’ signifique, é bom ter ‘comunidade’, ‘estar em comunidade’”.

Goldsmith (1999, p.140-142), observa que em detrimento das comunidades de obrigação tradicionais herdadas e mais estáveis – nas quais as pessoas são inseridas por circunstâncias históricas e tradições, tais como comunidades geográficas, religiosas, culturais, organizativas/profissionais e de serviços voluntários – as comunidades do futuro serão “comunidades de eleição”, “de escolha” ou “comunidade de interesse”, favorecidas pelo ambiente globalizado e interconectado pelas tecnologias modernas. A ênfase de sua abordagem, no texto mencionado, recai apenas sobre as novas tendências de criação de formas de organização “diante da expansão do potencial para comunicarmos-nos de maneira instantânea e massiva por todo planeta [devido às tecnologias] e, em estreita vinculação com esta, a capacidade de criar comunidades de eleição” (GOLDSMITH, 1999, p.131). Mas, outros tipos de comunidade de eleição, ou de escolha, permeiam esse universo.

Martin Buber (1878-1965), depois de discutir os limites das conceituações de Tönnies ([1935] 1995), já apontava para esse novo tipo de comunidade ao afirmar que “a forma de vida humana em comum não pode ser imposta de fora sobre grupos humanos ativos; ela deve emergir do interior em cada tempo e lugar. [...] A comunidade se baseia nos **laços de escolha**, não mais nos laços de sangue” (BUBER, 1987, p.37-39, grifo meu).

As comunidades de escolha não dizem respeito apenas àquelas “comunidades de interesse”, as quais se escolhe participar por razões pessoais, identitárias, políticas etc., criadas a partir das circunstâncias tecnológicas, conforme aponta Goldsmith. A partir de Buber (1987, p.33-34), outra perspectiva aparece ao colocar que uma nova forma de comunidade tem como finalidade “a si mesma e a Vida. A nova comunidade tem como finalidade própria comunidade. (...) Vida que liberta de limites e preconceitos. (...) Comunidade e vida são uma coisa só. A comunidade que imaginamos é somente uma expressão de transbordante anseio pela Vida em sua totalidade. (...)”. Portanto, a comunidade que se escolhe participar é aquela com a qual há identificação de sentimentos de cooperação e compromisso que transbordam os interesses individuais.

Entendo que, concretamente, os movimentos sociais populares vêm constituindo esse tipo de comunidade a que se refere Buber; na expressão agregativa que realizam na feitura da história dos povos latino-americanos, em suas lutas diárias em benefício de uma vida digna para coletividades humanas, superando o individualismo e fortalecendo o caráter comunitário

de suas ações e propostas. Como já apontei em outro texto (PERUZZO, 2002, p.288-289), embora o

individualismo seja uma das marcas da sociedade contemporânea, há também uma tendência à agregação e à participação social. Embora os processos de globalização sejam implacáveis, simultaneamente geram-se processos de valorização do local e do comunitarismo [...]. [Entre as várias formas de agregação estão desde grupos de mulheres, de ambientalistas, moradores de uma localidade, pessoas sem terra, negros...], grupos de ajuda mútua, associações, redes de movimentos sociais, cooperativas, até comunidades religiosas, grupos étnicos, entre milhares de outras.

É neste contexto que as experiências de comunicação popular, comunitária e alternativa - e suas derivações educativa, participativa, radical, cidadã - mais exitosas em termos de organizabilidade aos movimentos populares e o cultivo do caráter comunitário se desenvolvem, ou seja, no bojo dos movimentos populares nos quais novas comunidades de escolha também são constituídas.

Voltando aos conceitos de comunicação popular e comunitária, esta caracteriza-se por uma comunicação de proximidade por intermédio de processos constituídos no nível de grupos, redes, coletivos, comunidades organizadas – dos mais diferentes tipos, sejam as de base geográfica ou por identidades de matriz cultural, histórica, linguística, étnicas, território físico, de ação política ou por compartilhamento de circunstâncias de vida em comum. Ela é baseada em princípios de ordem pública, tais como contribuir com os processos mobilizadores da própria comunidade, difundir conteúdos com as finalidades educativas, culturais e a ampliação da cidadania, não ter fins lucrativos e propiciar a participação ativa da população em todo o processo do fazer e gestar a comunicação.

O cerne desse segmento comunicacional consiste em pertencer a uma comunidade e a ela se dirigir, expressando seus interesses e necessidades comunicacionais, além de privilegiar a propriedade coletiva e a gestão compartilhada dos meios feitos por pessoas da própria comunidade.

Contudo, nas práticas sociais às vezes também existem distorções e antagonismos, o que gera controvérsias no nível do debate e compreensão dos conceitos de comunicação comunitária e afins. Por um lado, porque depende da visão que se tem de comunidade e com a qual se trabalha e, por outro lado, devido ao fato de que nem todas as iniciativas de meios de comunicação nas localidades fazem jus sempre ao sentido comunitarista desejável e, assim, acabam se distanciando dos conceitos. Por exemplo, às vezes ocorre a apropriação do espectro radiofônico de baixa potência, estabelecido pela lei 9.612/1998, mesmo que em nome de associações ou fundações, por pessoas e grupos que não respeitam as finalidades estabelecidas

na lei e acabam priorizando o proselitismo religioso discriminatório, os interesses comerciais e gestão personalizada. Também ocorre casos em que as lideranças o fazem por falta de informação (BERTI, 2013), pois ao não dominarem conceitos e visões de comunitário acabam pondo em prática sua vontade de operar rádios locais baseando-se na própria experiência que têm com os meios comerciais. Todavia, esse fenômeno não pode ser generalizado, pois, existem emissoras em número expressivo que prezam o sentido comunitarista e os princípios legais contribuindo para o desenvolvimento social e comunitário.

Outro fator que pode enuviar a compreensão de comunidade é que ela também tem sido empregada no sentido do senso comum, como qualquer aglomerado de pessoas, principalmente, no âmbito da mídia convencional e, ainda, para caracterizar alguns jornais e segmentos de programação televisas ou radiofônicas voltados às classes ditas populares. Mas, o que mais atrapalha a concepção de rádio comunitária, por exemplo, é apropriação do termo por pessoas ou grupos locais que operam meios de comunicação de baixo alcance, sob a proteção da legislação de meios comunitários, mas que a move segundo lógicas da mídia convencional, tanto em termos de conteúdos quanto na priorização dos seus próprios interesses mercadológicos.

Para além dessas controvérsias, os meios comunitários e outras formas de comunicação cidadã do povo, são aqueles que tem segmentos cívicos organizados da população como protagonistas, aqueles gestados por associações comunitárias e movimentos populares portadores de conteúdos comprometidos com a conscientização, prestação de serviços de interesse público e mudança social em benefício do desenvolvimento comunitário e do respeito aos direitos humanos e de cidadania. Portanto, contribuem para a democratização da comunicação.

Desse modo, sem desconsiderar a importância, a necessidade e a validade da mídia convencional no Brasil, melhor dizendo, dos meios nacionais, regionais e locais de comunicação, que exercem a liberdade de informação, oferecem entretenimento e prestam serviços de interesse público e, no caso dos meios regionais e locais, contribuem com a informação local ao prezarem os conteúdos aderentes às localidades, há distinções em relação aos meios comunitários a serem preservadas. Não se trata de que um meio regional ou local não possa ser comunitário, mas não basta ser local para ser comunitário. Determinados princípios e os elementos intrínsecos dos conceitos de comunidade, alguns dos quais apontados antes, constituem parte dos fundamentos da concepção de comunicação popular e comunitária. Ou seja, não basta um programa de televisão ou uma emissora de rádio se

---

autodenominar comunitário, assim como não basta estar situado numa pequena localidade e saber falar a língua do “povo” ou “das coisas do povo” para caracterizar-se como comunitário, pelo menos não no sentido profundo da palavra e práticas inerentes ao comunitarismo como compromisso com a vida, com o interesse público.

As especificidades do comunitário se complementam com mais um sentido, o da formação - educação informal cidadã - que um meio de comunicação comunitário tem o potencial de propiciar. Por intermédio da participação ativa da/os cidadãs(os) em todos os processos do *fazer* comunicativo – organização, planejamento, captação da informação, sistematização e difusão - também se contribui para o desenvolvimento intelectual, e não apenas através dos conteúdos que são difundidos e recebidos. Em outras palavras, não são só os conteúdos transmitidos que ajudam no desenvolvimento social, mas todo o envolvimento participativo dos membros da comunidade no planejamento, na produção, difusão de mensagens e na gestão, diretamente ou por intermédio de representantes. Portanto, o que define a comunicação comunitária não são apenas características como as de ser de pequeno porte e possuir vínculo com alguma comunidade, mas também não ter fins lucrativos, transmitir conteúdos emancipatórios, possibilitar a participação efetiva do/as cidadãs e cidadãos na produção de conteúdos e, ainda, prezar a propriedade coletiva<sup>3</sup> e exercitar a desejável gestão compartilhada. É o conjunto de fatores, que não necessariamente vão aparecer todos juntos numa mesma experiência, que define o caráter comunitário de um meio de comunicação. A realidade de cada lugar e as práticas vivenciadas é que vão mostrar a cara dessa comunicação.

Conceitual e historicamente, a comunicação comunitária deriva da comunicação popular que também recebe denominações como alternativa, participativa, dialógica, educativa, radical etc. Em suma, devido as proximidades conceituais advindas das práticas historicamente situadas no contexto dos movimentos sociais e comunidades tem-se usado distintas expressões, mas que no conjunto caracterizam uma contra-comunicação, ou uma outra comunicação, como já disse Mário Kaplún (1985) nos anos 1980. Apesar de haver, com o passar do tempo, algumas distinções (PERUZZO, 2009) entre comunicação popular, comunitária e alternativa, é possível, por um lado, tomá-las no seu conjunto quando se pretende uma visão mais global, respeitando as nuances históricas que elucidaram os

---

<sup>3</sup> Porém, consideramos que algumas experiências não deixam de ser comunitárias ao serem desenvolvidas por pessoas individualmente ou serem de propriedade particular de algum líder comunitário, como é o caso de iniciativas de alto-falantes ou de transmissão audiovisual. Depende dos objetivos e das práticas efetivadas.

conceitos. Por outro lado, nas práticas sociais é difícil e até imprudente estabelecer fronteiras rígidas entre comunicação popular, comunitária e alternativa devido as interfaces reveladas nas práticas sociais, mesmo que o alternativo tenha assumido características mais específicas<sup>4</sup>, quando se manifesta no segmento imprensa alternativa. É que também existem boletins ou pequenos jornais alternativos no âmbito do popular que confluem na direção da comunicação popular.

Enfim, apesar de denominações diferentes, na prática os objetivos, processos desenvolvidos e a estratégia são semelhantes, ou no mínimo, em última instância, convergem no interesse cívico por mudanças na sociedade. Contudo, a expressão comunicação popular<sup>5</sup> adequa-se melhor como conceito mãe ao qual alinham-se vertentes comunicacionais historicamente derivadas dela, como as de cunho comunitário e alternativo. A semelhança, ou melhor, as congruências entre diferentes iniciativas revelam terem em comum a busca da transformação de estruturas opressoras da condição humana e impedoras da liberdade de expressão popular, das classes subalternizadas. Trata-se de um fenômeno comunicacional constituído no Brasil e em outros países da América Latina, pelo menos desde o final da década de 1970, que acontece no contexto dos movimentos populares e organizações afins, quando se constituem formas de resistência às ditaduras militares. Mas, reforço que determinadas diferenças podem ser percebidas segundo realidades específicas, além de que nos dias atuais a distinção entre o comunitário e o alternativo (Peruzzo, 2009) são mais claras devido as recriações do jornalismo alternativo<sup>6</sup> nessa era de internet.

Em síntese, a comunicação comunitária, popular e alternativa se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de existência que ocorrem a partir dos movimentos populares e demais organizações cívico-comunitárias, e representam um espaço para participação democrática dos segmentos organizados da população na feitura da comunicação a partir de suas demandas e visões de mundo. Às vezes a comunicação comunitária extrapola as práticas dos movimentos populares, embora sua razão de ser primordial seja estar no seu interior e representar um canal de comunicação destes movimentos.

---

<sup>4</sup> Ver Peruzzo (2009)

<sup>5</sup> A expressão comunicação popular deriva do conceito povo, na acepção de povo como classe subalterna.

<sup>6</sup> Ressaltamos que no segmento imprensa alternativa, a experiência histórica é ampla e não se restringe aos jornais alternativos mais expressivos, tais como o Pif Paf, Movimento, Pasquim etc., porque no nível dos movimentos populares também de usou muito o pequeno jornal, em geral, artesanalmente confeccionado.

---

Pelo que foi discutido antes, não é difícil compreender as interconexões entre a práxis da comunicação popular, comunitária e alternativa e a construção da cidadania. Ela participa dos processos de consciência-organização-ação de segmentos sociais das classes subalternizadas em suas lutas de resistência e para externar reivindicações por direitos humanos (direitos inerentes à pessoa) e de cidadania<sup>7</sup> (direitos reconhecidos pelo Estado) diante das condições de opressão a que são submetidos.

### **Comunicação popular e relações públicas: caminhos cruzados**

O tema da comunicação dos movimentos sociais populares, associações e comunidades em geral é tratado a partir dos meios (canais) de comunicação utilizados pelos mesmos em seus processos de comunicação com os públicos externos ou internos. Contudo, a comunicação comunitária, desde sua matriz no popular, não se limita a meios, ou a canais mediadores de natureza tecnológica, como já foi falado. A comunicação face a face, interpessoal, grupal, interinstitucional e pública – mediada ou não por tecnologias – também faz parte das práticas comunicativas, assim como os relacionamentos entre as organizações comunitárias e movimentos sociais e seus públicos. Em última instância, e dependendo de cada contexto, as distintas especialidades do campo comunicacional são partícipes da práxis social popular - do jornalismo comunitário ou alternativo ao rádio e à televisão comunitária, da publicidade social ao cinema alternativo, da editoração às relações públicas populares. Porém, não estão nesse ambiente como mera reprodução de técnicas e conceitos, mas com as devidas reelaborações e enquadramentos que se distanciam das lógicas empresariais e da produção comercial de conteúdos, principalmente, aquelas dos circuitos das empresas privadas e da indústria cultural.

No que tange às relações públicas, entram em cena novos horizontes teóricos e novas perspectivas de atuação profissional tanto em termos de mercado de trabalho formal quanto do informal e voluntariado. Os sinais dessa mudança podem ser percebidos em diferentes aspectos (que envolvem as Relações Públicas comunitárias, mas também comunicação comunitária): a) atuação no terceiro setor diante o seu crescimento, o que abriu novas possibilidades do exercício profissional; b) Atualização do campo das Relações Públicas, pois antes era comum ser visto com certo preconceito dentro das próprias universidades diante de sua performance identificada como a serviço do capital; c) O interesse em investigar novos

---

<sup>7</sup> Sobre os conceitos de cidadania ver Marshall (1963), Vieira (2000) e Peruzzo (2005, 2013a).



objetos de pesquisa acadêmica, o que motivou a abertura de linhas de pesquisa em programas de pós-graduação de universidades; d) Surgimento de espaços específicos nos congressos e nas associações científicas da área de Comunicação com a criação de grupos de trabalho abertos à comunicação popular e alternativa e a essa nova perspectiva das Relações Públicas.

Apesar de toda tradição e predominância dos conceitos e discursos tomá-las com atividade voltada às empresas no competitivo mercado capitalista, e aos governos, uma nova possibilidade às relações públicas está em curso no Brasil e, possivelmente, também em outros países. Trata-se de sua apropriação no universo do terceiro setor, mais especificamente pelo segmento das organizações sem fins lucrativos e movimentos sociais populares, quando as relações públicas passam a contribuir com os mesmos no seu trabalho mobilizador visando a ampliação da conquista dos direitos de cidadania em favor do desenvolvimento humano, e não mais limitadas aos interesses do capital e dos governos.

Essa perspectiva se abre com mais clareza e tentativas de sistematização teórica a partir de 1980 no Brasil quando é realizado um primeiro painel “Relações públicas - como servir aos interesses populares”, durante o IX Congresso da União Cristã Brasileira de Comunicação Social, em São Bernardo do Campo-SP. Este painel foi organizado por mim, a partir de uma provocação do visionário professor José Marques de Melo (*in memorian*) e contou também com a participação de José J. Queiroz, Margarida M.K. Kunsch e Anízio Batista de Oliveira. Neste painel, José J. Queiroz (apud PERUZZO, [1982] 2016, p. 127), afirmou: “também para ‘relações públicas’- técnico e técnicas – pode soar a ‘hora da libertação’. Podem sacudir o jogo da ideologia que os domina, mudando de ótica e de lugar. Do serviço ao opressor, podem passar a colaborar com o oprimido e, junto com ele, libertar a sociedade”. Ele continuou dizendo que as relações públicas nesse universo podem ajudar os movimentos melhorarem a própria imagem, ajudar a tornar aceitáveis os seus programas e objetivos mostrando como esses programas satisfazem às aspirações públicas, ajudar o bom fluxo das comunicações dentro dos movimentos, ajudar a prever possíveis reações dos públicos diante dos movimentos reivindicatórios das classes subalternas, e ajudar os movimentos populares a comunicarem-se entre si seus propósitos e realizações e, “quando oportuno, ajudá-los a patentear esses propósitos ao outro polo” (QUEIROZ, apud PERUZZO, [1982] 2016, p. 128).

Olhando hoje para estes escritos sobre o que foi dito e também escrito no início da década de 1980, vejo muita clareza e espírito visionário do então professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), José J. Queiroz, mesmo não sendo da área de

relações públicas, mas cuja proposta segue atual e ajudou a delinear alguns dos estudos e práticas que se seguiram, mesmo que esta citação do referido autor não tenha sido reproduzida abundantemente na literatura do campo que preferiu uma linha mais “integrada”<sup>8</sup> ressaltando de modo acríptico as práticas de responsabilidade social. Contudo, o estranhamento causado no meio acadêmico com a publicação do livro “Relações públicas do modo de produção capitalista” (PERUZZO, [1982] 2016) não inibiu o desenvolvimento das relações públicas populares, pelo contrário. Segundo Waldemar L.Kunsch (2007, p.111), as relações públicas passaram

efetivamente por uma transformação nesse campo, tanto na teoria como na prática. Os indivíduos tornaram-se mais conscientes de seus direitos e deveres no processo de edificação de uma sociedade justa. E as organizações, por sua vez, começavam a se sentir incentivadas a exercer novos papéis na construção da cidadania, passando a se preocupar de forma crescente com programas sociais<sup>9</sup>.

Margarida M.K.Kunsch (2007, p.166-167), confirma que

foi no início da década de 1980 que se passou a debater as relações públicas sob uma nova ótica, preconizando sua utilização também a serviço dos interesses populares e comunitários. Isso se deu graças ao avanço que então já havia alcançado a comunicação alternativa, em decorrência dos esforços empreendidos por defensores das liberdades democráticas [...]. Gradativamente, a abordagem dessa temática foi sendo objeto projetos desenvolvidos por ‘agências experimentais’, formadas por alunos do último ano dos cursos universitários da área; de monografias de estudantes de graduação e de pós-graduação *lato sensu*; assim como de dissertações de mestrado<sup>10</sup> e teses de doutorado em nível de pós-graduação *stricto sensu*<sup>11</sup>.

Esse movimento acadêmico foi precedido por fase de bastante efervescência social, no contexto das lutas dos movimentos populares e demais organizações da sociedade civil pela (re)democratização do Brasil desde o período de declínio da ditadura militar (1964-1985). Trata-se de uma época em que o tema das relações públicas, tanto da perspectiva crítica quanto a voltada aos interesses populares, começou a fazer parte do debate acadêmico em seminários, congressos e nos cursos regulares de graduação, e, principalmente, por meio de palestras e a partir das publicações (livros, artigos e capítulos de livros), embora não de forma predominante, pois a literatura principal dos cursos de Relações Públicas continua sendo aquela identificada com a perspectiva tradicional.

<sup>8</sup> Referência ao livro de Umberto Eco, “Apocalípticos e integrados”, São Paulo, Editora Perspectiva, 1993.

<sup>9</sup> Sobre o histórico desse processo de fortalecimento das relações públicas comunitárias recomendo os textos de Waldemar L. Kunsch (2007) e de Margarida M.K.Kunsch (2007).

<sup>10</sup> A dissertação de mestrado pioneira, defendida em 1981 na Universidade Metodista de São Paulo, posteriormente publicada em livro, é a seguinte: PERUZZO, Cicilia M.K. **Relações públicas no modo de produção capitalista**. 1.ed. São Paulo: Summus, 1982. Atualmente em 5ª.edição.

<sup>11</sup> A coletânea “Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora” organizada por KUNSCH, Margarida M.K. e KUNSCH, Waldemar L., publicada pela Summus em 2007, contém uma boa amostra dos avanços da pesquisa nessa subárea das Relações Públicas.

---

Nas práticas sociais, as Relações Públicas Populares foram tomando o seu lugar no universo na sociedade civil imbricada à comunicação popular, comunitária e alternativa, embora nem sempre estejam em destaque no conjunto das atividades das organizações sem fins lucrativos e movimentos sociais populares, pois tendem a se configurar como algo quase que intrínseco ao quefazer cotidiano destes, exceto quanto aos movimentos e organizações de maior vulto já que tendem a assumir a profissionalização da comunicação como parte de suas estratégias. Mesmo neste contexto, o destaque tem sido ao Jornalismo, pois, a ênfase recai nas relações com a imprensa e na produção de conteúdos informativos.

Voltando às especificidades das Relações Públicas Populares também denominadas de comunitárias ou alternativas, que acontecem o âmbito dos movimentos sociais populares e organizações civis sem fins lucrativos do universo do terceiro setor, é necessário frisar que elas passam por uma alteração nos parâmetros tradicionais dos seus fundamentos teóricos que exigem novas elaborações conceituais. Tenho dito (PERUZZO, [1982]2016, 1989, 2013b) que não basta transpor conceitos e práticas das relações públicas convencionais ao contexto dos movimentos populares porque mudam os pressupostos teórico-epistemológicos, os objetivos e os modos de operar. Nessa vertente, elas alteram seu perfil, pois se posicionam na contramão de sua concepção tradicional. Ao invés de alinharem-se aos mecanismos do mercado visando persuadir visões e provocar atitudes em benefício do capital, compõem-se aos processos de mobilização e organização populares, de caráter civil, não empresarial e não governamental, visando contribuir no posicionamento e nos relacionamentos das organizações sem fins lucrativos com seus públicos e a sociedade, no âmbito de todo um processo de mudança em benefício da ampliação do exercício da cidadania conforme discutido ao longo deste texto. Contudo, essa posição não desconsidera o potencial das relações públicas ligadas à empresas e governos em colaborar - direta ou indiretamente - em programas de intervenção social na sociedade civil visando superar - ou pelo menos - minimizar os problemas econômicos e sociais num cenário de desigualdades, pobreza, violação de direitos humanos e destruição do meio ambiente como o brasileiro. Pelo contrário, é possível que o espírito das relações públicas populares faça parte de políticas honestas de responsabilidade social empresarial, uma vez compromissadas com o interesse público civilizatório.

Em suma, a vertente das Relações Públicas Populares se realiza tanto no âmago dos movimentos populares e organizações sem fins lucrativos no âmbito do terceiro setor quanto, indiretamente, em programas de organizações privadas e públicas comprometidos com as mudanças necessárias em prol do avanço da cidadania e do cumprimento das obrigações de

---

caráter cívico. Como tal, importa tanto o comprometimento emancipador de pessoas e de movimentos populares quanto de organizações privadas e governos com as causas de interesse público, tais como a emancipação de grupos sociais vulneráveis e a salvação do meio ambiente e do planeta terra.

Quando as relações públicas são protagonizadas, desde dentro, ou seja pelas próprias organizações do terceiro setor, elas se concretizam imbricadas à práxis de uma série atores da sociedade civil tais como organizações não governamentais, coletivos populares, sindicatos de trabalhadores, associações comunitárias, movimentos populares, federações, pastorais da igreja católica, setores de igrejas evangélicas tradicionais, Comunidades Eclesiais de Base, institutos, fundações, sociedades assistenciais e tantas outras organizações civis que atuam para mudar a realidade desigual e construir mecanismos de promoção social e um novo tipo de desenvolvimento.

Cada um dos atores, como os acima mencionados, a seu modo, contribui para fazer jus às demandas da sociedade pela solução de problemas que afligem segmentos da população, na formação de mentalidades capazes de desenvolver o conhecimento e o protagonismo popular em defesa dos direitos humanos e de cidadania, com todo o seu significado político-cultural segundo as várias gerações de direitos que comportam os conceitos de cidadania.

O clamor por justiça, por respeito ao meio ambiente e à dignidade humana é algo presente desde sempre na história dos povos, como mostra a história da cidadania (PINSKY, J.; PINSK C, 2003). Um sinal recente dessas lutas é a existência do Fórum Social Mundial (FSM), cuja primeira edição foi em 2001, em Porto Alegre - RS, no Brasil, e que além de seguir com fóruns mundiais germinou a criação de fóruns temáticos e regionais, que têm reunido milhares de organizações de todo o mundo mostrando suas iniciativas transformadoras, trocando conhecimentos e dizendo que “Um Outro Mundo é Possível”.

Esse mesmo clamor também é expresso por todos os cantos do Brasil por milhares de organizações de base, movimentos populares, ONGs, coletivos, associações comunitárias, sociedades, institutos etc. que fazem a diferença na vida de crianças, adolescentes e jovens, mulheres, agricultores, comunidades, negros, pessoas LGBT+<sup>12</sup> etc. por intermédio de avanços na conquista do respeito a seus direitos, além de interferir no discurso político-ideológicos dos meios de comunicação, tanto pelo uso de canais próprios quanto conquistando espaços na grande mídia convencional.

---

<sup>12</sup> Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexuais e simpatizantes.

---

Esse grito por mudança se traduz nas lutas por redução da pobreza e das desigualdades, fim da violência, cultura da paz, respeito à diversidade étnica e cultural, respeito à diferenças pessoais, igualdade na distribuição dos direitos de cidadania, direitos da criança e do adolescente, sustentabilidade ecológica ambiental, entre tantas outras lutas.

No nível dos princípios, grosso modo, as relações públicas populares demandam, em primeiro lugar, nova posição epistemológica, de inconformismo com as situações de opressão, negação de direitos, desigualdade social e todas as demais formas de violação de direitos de cidadania refletidos nas várias formas de violência, pobreza, corrupção, condições indignas de trabalho e remuneração, falta de ética em favor da coletividade e assim por diante. Em segundo lugar, pressupõem a incorporação de novas posturas e de procedimentos metodológicos coerentes com propostas de mudança em favor de um desenvolvimento que tenha como finalidade primordial o ser humano e a vida saudável do planeta.

Os novos procedimentos e posturas dizem respeito à valorização da participação ativa das pessoas, ao trabalho realizado a partir e com dos movimentos populares e organizações comunitárias – não de cima para baixo, para elas -, valorização do saber popular e compartilhamento do saber técnico e especializado, respeito às dinâmicas internas dos atores coletivos, e humildade de modo a facilitar que o protagonismo seja dos atores coletivos e não apenas do profissional e relações públicas.

Nesse ambiente, as relações públicas populares podem contribuir não apenas para o planejamento, o diagnóstico, a *comunicação institucional* e o relacionamento com os públicos, mas também com a *comunicação mobilizadora* (PERUZZO, 2015). A *comunicação institucional*, que perpassa distintos formatos e tecnologias alcançadas, se encarrega da comunicação, em especial, com os públicos externos cuidando da difusão das reivindicações, da visibilidade pública, da reputação, da circulação de informações e esclarecimentos desde o ponto de vista das organizações de caráter cívico, sobre suas realizações, sua visão de mundo e defesa de causas sociais. Já a *comunicação mobilizadora* é aquela que acontece na relação da organização ou movimento popular com seus públicos beneficiários (sujeitos da ação da organização), ou seja, quando se aplicam instrumentos e técnicas (materiais didático-pedagógicos) facilitadores de dinâmicas grupais entrelaçados com as atividades desenvolvidas.

### **Considerações finais**

Os limites de espaço impedem o transbordamento dos temas para as profundezas ideais de uma abordagem mais completa. Enfim, ficam aqui alguns apontamentos na expectativa de

que possam ajudar no debate, nas práticas das relações públicas populares – que nem sempre são feitas somente por profissionais formados em cursos de Comunicação e de Relações Públicas -, e no incentivo ao avanço das pesquisas sobre as relações públicas populares e comunitárias que acontecem no universo do terceiro setor.

No início de todo esse debate sobre as “relações públicas na contramão”<sup>13</sup>, nos anos 1980, chegou-se a contestar essas ideias, ao que parece, por se considerar que existiria um altruísmo intrínseco às Relações Públicas, portanto, bastaria que elas fossem satisfatoriamente aplicadas para que atingissem o ideal em termos de profissão. Justifico minha posição porque não se pode desconsiderar que os interesses empresariais priorizam sempre os do capital, que são a sua reprodução e lucros permanentes. Em outros termos, a contraposição ajuda a explicar a necessidade de um novo processo, por considerar que as práticas profissionais das Relações Públicas, assim como do Jornalismo ou da Publicidade, não pairam acima das instituições as quais se vinculam, nem são independente das visões que as orientam e da posição epistêmica que se tem em relação ao mundo.

Hoje em dia, tanto as proposições da comunicação popular, comunitária e alternativa quanto das relações públicas populares já estão consolidadas na sociedade brasileira, embora seja constante a busca por aperfeiçoamento e atualizações conceituais e das práticas sociais. Estas ao se inserirem na práxis social mobilizadora, mesmo que repletas de especificidades, têm interfaces indivisíveis ao colarem saberes especializados em favor do exercício da cidadania de atores coletivos cívicos mobilizados para contribuir com a transformação da sociedade.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BERTI, Orlando M. de Carvalho. **Processos Comunicacionais nas rádios comunitárias do Sertão Nordestino na internet**. Tese de doutorado - Universidade Metodista de São Paulo (Programa de Pós-Graduação em Comunicação), São Bernardo do Campo, 2013.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOLDSMITH, Marshall. Comunicaciones globales y comunidades de elección. In: HESSELBEIN, Frances; GOLDSMITH, Marshall; BECKHARD, Richard; SCHUBERT, Richard F. (Orgs.) **La comunidad del futuro**. Buenos Aires; Barcelona; México: Fundación Drucker / Granica, 1999. p.131-146.

---

<sup>13</sup> Ver o capítulo com este nome em Peruzzo ([1982] 2016). Alusão provocativa à noção conceitual tradicional de que as Relações Públicas são uma “rua de duas mãos”.

---

KAPLÚN, Mário. **El comunicador popular**. Quito: CIESPAL, 1985.

KUNSCH, Margarida K.K. Dimensões e perspectivas das relações públicas comunitárias. In: KUNSCH, M.; M.K. KUNSCH, W. L. (Orgs.) **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007. p.165-180.

KUNSCH, Waldemar L. Resgate histórico das relações públicas comunitárias no Brasil. In: KUNSCH, M.; M.K. KUNSCH, W. L. (Orgs.) **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007. p. 107-123.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

PERUZZO, Cicilia M.K. Relações públicas nos movimentos populares. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, Intercom, v.15, n.60, p.107-112, 1989.

\_\_\_\_\_. Relaciones públicas y cambio social. **Chasqui**. Equador, Ciespal, v.46, p.111-114, 1993.

\_\_\_\_\_. Relaciones públicas, movimientos populares y transformación social.

**Diálogos de la Comunicación**, Medellín, FELAFACS, v.39, p.12-20, 1994

\_\_\_\_\_. Relações Públicas com a Comunidade: Agenda para o Século XX.

**Comunicação & Sociedade: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social**, São Bernardo do Campo, Umesp, n.32, p. 45-68, 1999.

\_\_\_\_\_. Comunidade em tempo de redes. In: PERUZZO, C.M.K.; COGO, D.; KAPLÚN, G.

(Orgs.). **¿Comunicación y movimientos populares: Cuales redes?** Comunicação e movimentos sociais: quais redes? São Leopoldo: UNISINOS, 2002. p.275-298.

\_\_\_\_\_. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, ALAIC, a.2, n.3, p.18-41, jul/dic.2005. Disponível em: <https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/article/view/145>. Acesso em: 30 mar. 2020

\_\_\_\_\_. Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**. São Paulo, PUC-SP, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2108>. Acesso em: 20 mar.2020.

\_\_\_\_\_. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura**, Salvador, Editora da UFBA, v.11, n.1, p.138-158, jan.-abr. 2013a. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6980>

Acesso em: 15 mar.2020

\_\_\_\_\_. Fundamentos teóricos das relações públicas e da comunicação organizacional no terceiro setor: perspectiva alternativa. **Revista Famecos**. Porto Alegre, PUC-RS, n.20, p.89-107, 2013b.

\_\_\_\_\_. Representações dos movimentos populares na mídia e como eles se representam: visibilidade pública e perspectivas cívicas. **Conexão – Comunicação e Cultura**. Universidade Caxias do Sul, v.14, n.28, p.31-49, jul.-dez.2015. Disponível em:

<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/3874>. Acesso em: 05 abr.2020.

\_\_\_\_\_. **Relações públicas no modo de produção capitalista**. 5.ed. São Paulo: Summus, [1982] 2016.

PINSK, Jaime; PINSK, Carla B. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

TONNIES, F. Livro I- Determinação geral dos conceitos principais. Livro II -A teoria das vontades. Livro III -Fundamentos sociológicos do direito natural. In: MIRANDA, Orlando (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, [1935]1995. p. 229-342.

VIEIRA, L. **Cidadania e globalização**. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.